

Carla Manuela Barbosa da Silva

“Bullying: Vitimação e Agressão – Estudo de Caso numa
Escola Profissional”

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

Carla Manuela Barbosa da Silva

“Bullying: Vitimação e Agressão – Estudo de Caso numa
Escola Profissional”

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

Carla Manuela Barbosa da Silva

“Bullying: Vitimação e Agressão – Estudo de Caso numa
Escola Profissional”

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Criminologia, sob a orientação da Mestre Madalena Sofia Oliveira.

RESUMO

O presente trabalho aborda a problemática do fenómeno do bullying na Escola Profissional de Comércio Externo, situada no centro da cidade do Porto. O estudo conta com uma amostra de 95 jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos de idade.

O instrumento utilizado para a recolha dos dados foi o questionário de Olweus (1998), adaptado à população portuguesa e modificado por Ribeiro (2007).

O objetivo do estudo consiste em perceber a dimensão, assim como as especificidades da problemática na escola em questão. Em primeiro lugar, pretende-se perceber se existe ou não práticas de bullying na escola, tentou-se ainda perceber qual o tipo de bullying mais praticado, as características do ofensor e vítima e o local onde ocorrem os comportamentos.

Os resultados do estudo mostram que 13,7% dos alunos já foram vítimas, das quais 62% do sexo feminino e 38% do sexo masculino. Por sua vez 9,5% já foi agressor dos quais 56% são do sexo masculino e 44% do sexo feminino. Os resultados corroboram com a literatura ao mencionar o recreio/corredor da escola como os locais mais propícios ao cometimento destes comportamentos.

Palavras-chave: bullying, escola e alunos.

ABSTRACT

This paper approaches the problem of bullying at Escola Profissional de Comércio Externo, located in the city center of Oporto. The study has a sample of 95 young people aged between 15 and 18.

The instrument used for data collection was a questionnaire by Olweus (1998), adapted to the Portuguese population and modified by Dr. Ana Teresa Ribeiro. The study was carried out using quantitative method.

The objective is to know how serious the problem in this particular school is. Firstly, we intended to see whether there is bullying or not. If so, what type of bullying

is most practiced, why, where and by whom so that strategies to fight it and or prevent it may be adopted.

The study results show that 13.7% of students have been a victim of bullying, 62% were female and 38% male, 9.5% have been aggressors: 56% were male and 44% female. The place where most attacks take place is in the hallways at school.

Keywords: bullying, school and students.

DEDICATÓRIAS

Em primeiro lugar, aos meus pais, Gracinda e Joaquim, por todo o apoio, por todo o amor, por toda a paciência e toda a compreensão.

Aos meus amigos Manuel Melo e Fernanda Guerra, por toda a ajuda e toda a disponibilidade.

Com especial carinho, à minha avó Maria Laudecena, que partiu cedo demais, a minha segunda mãe, um anjo que morava na terra.

AGRADECIMENTOS

À Escola Profissional do Comércio Externo, pela disponibilidade apresentada para a realização deste estudo. Agradeço as condições que me foram concedidas para que tal fosse possível.

À Professora Madalena Sofia Oliveira, pela disponibilidade e pela preciosa ajuda no acompanhamento do meu projeto, assim como, durante a Licenciatura.

Aos professores da Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, agradeço a qualidade e paciência com que sempre nos ensinaram.

Ao colega Helder Fernandes, que terminou esta mesma Licenciatura em Criminologia o ano letivo passado, sempre disponibilizou a sua ajuda ao longo destes três anos.

ÍNDICE

Introdução.....	12
-----------------	----

Parte I – Revisão da Literatura

1 - Contextualização da temática.....	14
1.1 - Conceito de bullying e enquadramento.....	14
1.2 – Tipologias de bullying.....	15
1.3 - Intervenientes no fenómeno.....	15
1.4 - Enquadramento jurídico em Portugal.....	16
1.5 - Fatores de risco/proteção.....	17
1.6 – Teorias explicativas do fenómeno.....	19
2 - Estudos sobre a temática.....	24

Parte II – Parte empírica

3 - Metodologia do estudo.....	30
3.1 - Objetivos.....	30
3.2 - Instrumentos/Amostra/Procedimentos	30
4 - Apresentação de resultados.....	33
5 - Discussão dos resultados.....	39
6 - Conclusão do estudo.....	44
Bibliografia.....	45
Anexos.....	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da amostra por idades.....	31
Gráfico 2: Distribuição da amostra por ano escolaridade.....	32
Gráfico 3: Reprovações.....	33
Gráfico 4: Distribuição das vítimas por sexo.....	34
Gráfico 5: Identificação do agressor.....	35
Gráfico 6: Atitude ao assistir a uma situação de bullying.....	36
Gráfico 7: Distribuição dos agressores por sexo.....	36
Gráfico 8: Acompanhamento na altura da agressão.....	37
Gráfico 9: Alvo da(s) agressão/agressões.....	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Reprovações, Vítimas e Agressores.....	34
Tabela 2: Vítimas e Agressores.....	38

INTRODUÇÃO

Na sociedade de hoje torna-se inevitável não pensar na violência e nas causas subjacentes a ela. Nos noticiários e nos jornais cada vez estão mais casos de situações que envolvem violência. Será que foi sempre assim e só nos apercebemos agora? Ou sempre foi assim e a sociedade simplesmente ignorava ou desvalorizava? A violência escolar torna-se cada vez mais preocupante, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a violência afeta o bem-estar e o potencial de aprendizagem das crianças e constituiu uma problemática social e económica em todos os países. A OMS considera ainda que a violência como é aprendida pode ser da mesma forma desaprendida e que através das escolas existem métodos para acabar com a violência pois resultados de programas de prevenção mostram dados promissores para possibilidade de diminuição da violência (Carvalhosa, 2010).

Entende-se que as escolas representam uma instância de socialização, na qual se consideram fatores protetores a sua organização, mediante uma estrutura de funcionamento que estimule os jovens no sentido do envolvimento, com sentido de pertença, e onde se vive um clima de boas relações, quer com as figuras de autoridade, quer com os pares (Martins, 2009).

A violência em contexto escolar até à pouco tempo atrás era completamente ignorada e considerada com “normal” e até mesmo necessária ao desenvolvimento da criança. Só a partir das últimas décadas é que se começou a encarar o fenómeno como um problema social. Em Portugal só a partir dos meados da década de 90 surgiu o colossal interesse das autoridades oficiais e da comunidade científica pelo estudo do bullying (Carvalhosa, Moleiro e Sales, 2009)

No ano de 1989 o Conselho Europeu chamou atenção para a problemática da violência nas escolas e alertou para a necessidade de uma educação direcionada para a paz (Veiga, 2011). O suicídio de vários jovens como consequência de ataques violentos sofridos por parte de colegas, foi o fator impulsionador para o começo dos estudos sobre

bullying e para a consciencialização desta problemática por parte da sociedade (Gaitán, Ramuzgo e González, 2006).

A violência em contexto escolar é denominada de bullying. Bullying é uma designação em inglês que deriva da palavra “bully” que significa agressor, assim, “Bully” + “ing” significa o ato do agressor (Santos, 2007). A palavra bullying traduzida para português significa ato de ameaçar, intimidação, coação, brutalidade, ou seja, em português não temos uma só palavra que englobe todo este tipo de comportamentos, daí adotamos o estrangeirismo bullying.

Parte I – REVISÃO DA LITERATURA

1 – Contextualização da temática

1.1 – Conceito de bullying e enquadramento

O fenómeno do bullying em contexto escolar para além dos alunos envolve toda a comunidade escolar. É importante que toda a comunidade esteja atenta a esta problemática por forma a poder identificar e sinalizar eventuais sinais que possam existir quando está a acontecer uma situação de bullying, de forma a iniciar algum tipo de intervenção por parte da escola (Carvalhosa, 2010).

Olweus (1993), considerado o pioneiro nos estudos sobre o tema, definiu bullying como um comportamento composto por ações negativas de um indivíduo ou mais sobre outro repetidamente e ao longo do tempo, Neto (2005) tem uma definição que vai de encontro à de Olweus no entanto introduz dois novos elementos na definição, que é a intencionalidade e a falta de um motivo para o ataque. O autor considera bullying um comportamento composto por atitudes agressivas de forma repetida e intencional de um indivíduo, ou vários, contra um sem qualquer motivação patente. Smith and Sharp (1994) têm uma definição mais simplista e consideram que o bullying é o abuso de poder manifestado de forma sistemática. Smith e Morita (1999), classificam o fenómeno do bullying como uma subcategoria do comportamento agressivo do tipo nocivo, pois este é dirigido normalmente contra uma vítima considerada especialmente vulnerável. Ramírez (2001), define o bullying como uma conduta, que não se traduz num episódio esporádico, mas sim uma conduta persistente que pode perdurar semanas, meses ou até anos, de carácter agressivo, que é manifestada de forma intencional e prejudicial.

Em suma, o bullying é um procedimento consciente, propositado, ponderado, hostil e repetido, de uma ou mais pessoas, cujo propósito é agredir os outros. Bullying é uma afirmação de poder através de agressão. Pode ser definido pelo estado de abuso de

poder por parte de um aluno que está a violentar um colega, repetidamente e ao longo do tempo.

1.2 – Tipologias do bullying

O fenómeno do bullying está categorizado em dois tipos, o bullying direto e o bullying indireto. Bullying direto é quando existe um comportamento explícito contra a vítima, por sua vez, o bullying indireto é um comportamento mais subtil, é utilizado para isolar socialmente a vítima (Olweus, 1993).

O bullying pode abranger episódios de abuso: físico, psicológico e sexual. O abuso físico engloba agressões físicas tais como bater, lutar ou dar pontapés; o abuso psicológico está relacionado com o ameaçar, o implicar, o excluir, o ignorar; o abuso sexual refere-se ao assédio e ao abuso (Carvalhosa, 2010). As formas utilizadas para a prática de bullying são: meter medo, ameaçar, bater, empurrar, dar pontapés, pedir dinheiro, furto (sem violência física), roubar (sem que o autor seja identificado), insultar, chamar nomes, faltar ao respeito, espalhar histórias humilhantes, enviar bilhetes ameaçadores, mentir para implicar o colega, excluir e rejeitar – ignorar o colega (Pereira, 2006).

Com o desenvolver da tecnologia surgiu também um novo tipo de bullying, o cyberbullying. Cyberbullying é uma forma de bullying que utiliza as novas tecnologias de informação e comunicação para se manifestar (Costa, Pereira, Simões e Farenzena, 2011). Esta tipologia de bullying cada vez se torna mais preocupante devido ao peso que as novas tecnologias assumem na vida dos jovens e ao também ao difícil controlo por parte dos pais e escola.

1.3 – Intervenientes no fenómeno

O fenómeno do bullying abrange essencialmente três tipos de intervenientes: as vítimas, os agressores e as testemunhas (Ballone e Moura, 2005).

As vítimas são o alvo da prática do bullying, são crianças/jovens que sofrem agressões do tipo físico e ou psicológico sem qualquer motivo subjacente (Boulton e Smith, 1994). São na sua grande maioria crianças/jovens emocionalmente e fisicamente incapacitadas para reagir aos ataques de que são alvo. São pessoas retraídas e que têm uma vida social limitada, pois têm muita dificuldade em fazer amigos e conhecer pessoas (Ballone e Moura, 2005). Nas relações familiares a vítima é retraída e normalmente não procura qualquer tipo de ajuda (Ballone e Moura, 2005; Sudermann, Jaffe e Schieck, 1996). Assim, as vítimas frequentemente mudam de escola, pois, devido às suas características são sempre um alvo preferencial para os agressores (Ballone e Moura, 2005).

Agressor é quem pratica o bullying, são crianças/jovens que infringem agressões do tipo físico e ou psicológico sem qualquer motivo subjacente (Boulton e Smith, 1994). Os agressores são na sua grande maioria crianças/jovens emocionalmente problemáticos. Alguns estudos apontam para que estes jovens tenham como origem famílias desestruturadas e tenham também problemas de relacionamento (Ballone e Moura, 2005).

As testemunhas são geralmente amigas ou colegas de turma das vítimas, que presenciam os ataques e normalmente vivem com o medo de serem as próximas vítimas, por isso, não reagem (Ballone e Moura, 2005). Assim, a sua atitude acaba por ser um fator que reforça a atitude dos agressores que ao observarem esta postura passiva por parte dos espetadores acabam por se sentir mais poderosos (Carvalhosa, 2010)

1.4 - Enquadramento jurídico em Portugal

Consta na Proposta de Lei n.º46/XI/2.^a, aprovada na Assembleia da República a 21 de Janeiro de 2011 que a prática de bullying está prevista ser tipificada na lei como crime, mas no momento ainda não está qualificada como tal. No entanto, como vimos anteriormente, o bullying compreende um conjunto de atos violentos de carácter agressivo que se podem traduzir em crimes que já constem no Código Penal. A título de exemplo, artigo 143.º - Ofensa à integridade física simples, artigo 153.º - Ameaça,

artigo 154.º -- Coacção, artigo 163.º - Coacção Sexual, artigo 170.º - Importunação Sexual, artigo 180.º - Difamação, entre outros.

Importa referir que os jovens dos 12 aos 16 anos que pratiquem algum ato que esteja tipificado na lei como crime, ao processo destes jovens, que são reclassificados como processos tutelares educativos, será aplicada a Lei Tutelar Educativa. A Lei Tutelar Educativa aplica aos jovens medidas tutelares, tais como, a admoestação, a privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores, a reparação do ofendido, a realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, a imposição de regras de conduta, a imposição de obrigações, a frequência de programas formativos, o acompanhamento educativo e o internamento em centro educativo. Aos jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, que tenham praticado algum ato tipificado na lei como crime, serão julgados pelo facto através do instrumento jurídico Código Penal juntamente com o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes que consta no Decreto - Lei n.º 401/82, de 23 de Setembro.

Quando aplicado, o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes tem por objetivo a atenuação a pena, de modo a privilegiar a ressocialização do jovem, já que este se encontra na idade considerada no limiar da sua maturidade.

1.5 - Fatores de risco/proteção

Cusson (*cit. in* Born 2005) explica com a sua teoria os motivos que levam a que se cometa um ato delinvente/anti normativo. O autor considera que existem quatro fatores que impulsionam este ato: a ação, a apropriação, a agressão e o domínio. A ação, pois a preparação e a execução do ato em si proporcionam prazer ao agressor. A apropriação, que está mais ligada aos atos que envolvam o roubo, pelo prazer da apropriação de algo que não lhe pertence. A agressão, que podem ser agressões utilitárias, que são utilizadas como um meio para chegar a um fim, agressões defensivas, são utilizadas como meio de proteção e agressões como medida de represália, como o nome indica são meios de vingança. Por último o domínio que é o fator que está muito

presente nas agressões do bullying, Cusson (*cit. in* Born 2005) afirma que qualquer que seja o ato delincente exercido, todo este é cometido com um objetivo, sendo que este objetivo pode ser simplesmente o sentimento de posse, de poder. Cusson (*cit. in* Born 2005) refere ainda que este fator presente no bullying, assim como em outros tipos de atos delinquentes, a crueldade pode se exercer através de formas físicas e sexuais graves.

Ramírez (2001) distingue essencialmente quatro grupos de fatores relacionados com o desenvolvimento e manutenção do fenómeno do bullying. Fatores biológicos, fatores da personalidade, fatores de aprendizagem e fatores situacionais. Os fatores biológicos estão relacionados com a agressividade, com a pré-disposição que o todo o ser humano nasce para ser agressivo. Relativamente aos fatores de personalidade estes estão relacionados com a desvalorização que é atribuída por parte dos agressores às suas ações e aos outros (vítimas) e ainda ao sentimento de prazer que demonstram com as suas ações. No que diz respeito aos fatores de aprendizagem, estes traduzem-se na falta de capacidade de resposta a situações não favoráveis ao indivíduo. A agressividade é o resultado de um sentimento de desajuste que tem por base uma codificação da informação ocorrida com enviesamento, o que leva a um condicionamento do agressor aquando à elaboração de respostas à situação. Por último, os fatores situacionais, nos quais se encaixam a influência familiar no comportamento da criança/jovem, um modelo de conduta antissocial presente na família, pode influenciar negativamente o comportamento de um jovem (Ramírez, 2001; Nunes 2010). Assim, pais e adultos presentes no ambiente familiar funcionam como modelos de conduta, se os modelos forem de carácter violento, tornam-se uma influência considerada negativa para os jovens (Ramírez, 2001).

Quando um jovem se encontra envolvido em episódios de bullying, desenrolam-se, normalmente, no seu processo educacional, alguns aspetos negativos, por e.g. “queda do rendimento escolar, falta de interesse pelos estudos, absentismo, deficit de concentração e de aprendizagem, reprovação e evasão escolar” (Fant, *cit. in* Leão 2010).

A violência escolar ocorre mais facilmente em escolas com uma imperfeita supervisão por parte dos adultos, seja pelo número insuficiente de auxiliares de educação ou pelo excesso de alunos, e em escolas onde não há um devido

acompanhamento lúdico e cultural nos intervalos e tempos livres (Pereira, 2006). O Bullying pode ocorrer em vários locais. Acontece, usualmente, em locais com pouca supervisão como sucede com os espaços exteriores à sala de aula, mais especificamente nos recreios, corredores, bares e cantinas. Os locais mais destacados são: pátios de recreio, casas de banho, corredores, salas de aula, bibliotecas, pavilhões desportivos e imediações das escolas (Pereira, 2006).

1.6 – Teorias explicativas do fenómeno

Neste subcapítulo serão apresentadas algumas teorias explicativas do fenómeno em estudo.

Hirschi em 1969 (*cit. in* Born 2005) apresenta a teoria das Causas da Delinquência, uma teoria que ainda é considerada atual, onde o principal componente é o laço social. Hirschi considera que os laços que ligam o individuo ao ambiente é que os protegem de cometer atos não conformes, quanto mais sólidos estes forem mais protegido está o individuo. Hirschi considera ainda que as normas e leis são criadas pela sociedade e que a delinquência é a transgressão destas normas que resulta da desacreditação por parte do indivíduo destas normas. Com a sua teoria Hirschi explica que o controlo que se traduz a partir do laço social é interno e externo. As componentes deste laço são: a vinculação, o empenhamento, o investimento e as crenças.

A vinculação é o elemento emocional do vínculo social, refere-se ao laço pessoal estabelecido entre o individuo e as pessoas próximas (pais, irmãos, pares, etc.) assim como também o laço estabelecido com as instituições convencionais (por exemplo a escola). Quando mais forte for este laço, mais protegido se encontra o individuo (Born, 2005).

O empenhamento é o elemento racional do vínculo social, é o grau em que os indivíduos se encontram na sociedade. Quanto mais estatuto e visibilidade social estes indivíduos tiverem mais têm a perder cometendo um ato anti normativo, assim empenham-se mais em cumprir as normas estabelecidas pela sociedade (Born, 2005).

O investimento está diretamente ligado com o empenhamento e esta relacionado com os compromissos sociais. Se o individuo investe em atividades de carácter convencional é previsível que tenha menos definições favoráveis para cometer um ato anti normativo, pois teria que abdicar das suas conquistas sociais, quando mais envolvido com a sociedade o individuo estiver, quantas mais “obrigações” com a sociedade tiver mais sólidos são os seus laços sociais (Born, 2005).

As crenças são os valores do individuo, funcionam como uma validação moral e cognitiva das normas convencionais. Os jovens delinquentes não aceitam as normas porque não as percebem, não as interiorizam, apenas se submetem a elas. Quando um individuo tem auto controlo as crenças sociais são interiorizadas e compreendidas (Born, 2005).

A partir da Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1960), que tem como base a ideia que o comportamento é adquirido através de reforços e punições que nascem de comportamentos anteriores. É necessário existir um nexos de causalidade entre o reforço ou a punição e o ato (comportamento), para que exista uma associação direta de forma a criar a aprendizagem no indivíduo. O problema fundamental é o mecanismo de modelagem que é criado a partir de uma figura que se torna o modelo, de quem se copia o comportamento. Este mecanismo consiste num reforço ou punição vicariante que é aprendido através da observação dos resultados de uma determinada conduta. A aprendizagem vicariante realiza-se através da atenção dispensada em função de um determinado comportamento, através da retenção do que se observou e através da reprodução do que foi memorizado (Born, 2005).

Sutherland (1937) partindo então da teoria de Bandura desenvolveu a Teoria da Associação Diferencial onde refere que todo o comportamento antissocial é o resultado da aprendizagem. A sua teoria assenta em nove pressupostos (Nunes, 2010):

1º - Toda a delinquência ou todo o comportamento criminoso/antissocial é aprendido, ou seja, sem aprendizagem o comportamento delinvente não existe. Todo o jovem é delinvente porque aprendeu a ser delinvente, esta aprendizagem pode ter ocorrido com os pais, com os irmãos, com os pares, etc., ele modelo de comportamento foi-lhe passado por alguém com quem o individuo mantinha laços.

2º - O comportamento delinquente é aprendido em processos de interação com os outros, através da influência social, através de processos de comunicação que estabelecemos.

3º - A aprendizagem ocorre em grupos onde estão presentes pessoas que nos são íntimas, que estão perto de nós, podem ser: família, pares. Cada grupo tem uma estrutura (membros) e uma dinâmica. A dinâmica implica um pensamento grupal e este resulta das interações entre os membros, eles influenciam-se uns aos outros, assim o pensamento grupal é o pensamento comum de todos os membros do grupo.

4º - O que se aprende do pensamento grupal. Um indivíduo para cometer um ato delinquente tem que dominar técnicas (aprendizagem) de realização de crimes. Dentro dos grupos apreendem técnicas, normas, motivos, etc. Existe sempre um trabalho cognitivo para a realização de um ato delinquente. Aos motivos que levam ao cometimento de um ato delinquente podem ser designados por definições. Os indivíduos que cometem comportamentos antissociais seguem outras normas sociais, seguem definições desfavoráveis aos códigos legais.

5º - As definições vão sempre no sentido de serem favoráveis ou desfavoráveis aos códigos legais.

6º - O indivíduo que se transforma num delinquente, transforma-se devido ao excesso de definições favoráveis à violação das normas que acabam por se sobrepor às definições desfavoráveis.

7º - A aprendizagem é feita em grupos íntimos, mas tem que ser tem em consideração quatro variáveis. 1) a frequência – a frequência com que a interação com os outros acontece, a frequência das interações; 2) a duração – a duração das interações; 3) prioridade - importância que o indivíduo dá às interações, analisar se são ou não prioritárias; 4) a intensidade – a intensidade das interações.

8º - Os mecanismos de aprendizagem das normas são exatamente os mesmos mecanismos que estão presentes na aprendizagem do desvio das normas, ou seja, quer

no comportamento normativo como no comportamento anti normativo o processo de aprendizagem é o mesmo.

9º - Os processos de aprendizagem sendo os mesmos, pode-se afirmar que o comportamento tem subjacente a ele um conjunto de normas e valores que dão suporte ao comportamento antissocial.

Mais tarde em 1966, Burgess e Akers fizeram uma revisão à teoria de Sutherland chamaram-lhe a Teoria da Associação Diferencial/Reforço, estes autores procuraram juntar a teoria da Associação Diferencial com outras teorias da aprendizagem social, introduzindo assim na teoria de Sutherland a variável do reforço/punição e do interacionismo simbólico, onde os outros funcionam como modelos (Nunes, 2010).

Nye em 1958 apresenta mais uma teoria do controlo social e fala em fatores de contenção para evitar o comportamento delinquente, sendo eles:

1º - Controlo interno, é aprendido através do processo gradual de socialização, onde se espera que progressivamente sejam aprendidas e interiorizadas as normas e valores da sociedade (Gonçalves, *cit. in* Nunes 2010).

2º - Controlo direto, é aprendido na família, quando por exemplo existe a punição do pai, é um controlo direto que se forma através de recompensas/punições, são mecanismos fundamentais. A discordância com as normas é punida e a concordância é reforçada.

3º - Controlo indireto, está relacionado com as relações de proximidade e afeto entre a criança e os pais. O ato delinquente pode ser evitado em função da perceção que a criança/jovem possa ter sobre o impacto do seu comportamento.

4º - A satisfação das necessidades do indivíduo está associada às condições que lhe são criadas para receberem afeto, reconhecimento e segurança.

Nye considera que a relações do indivíduo, principalmente as relações familiares encontram-se intimamente relacionadas com o comportamento delinquente assim como com a sua eventual explicação (Gonçalves, *cit. in* Nunes 2010).

2 – Estudos sobre a temática

Dan Olweus, no ano de 1978 na Universidade de Bergen localizada na Noruega começou a estudar o fenómeno do bullying, no entanto na época não foi dada nenhuma relevância a este. Posteriormente, no ano de 1983, Olweus realizou um estudo na Noruega com 130.000 estudantes, com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos, utilizando como instrumento o questionário “Olweus Bully/Victim Questionnaire” com o objetivo de estudar a incidência do bullying. Concluiu que 15% dos participantes da amostra estavam envolvidos em casos de bullying e 1 em cada 7 estudantes já eram potenciais vítimas ou agressores e destes 9% eram vítimas e 7% agressores (Olweus, 1993).

Mellor em 1990 na Escócia realizou um estudo em escolas secundárias onde verificou que 50% dos alunos tinham sido ameaçados “uma ou duas vezes”, 44% tinham ameaçado alguém e que 32% nunca se tinham envolvido em ameaças e por sua vez nunca tinham sido ameaçados. 25% destes alunos estão envolvidos em situações de bullying “algumas vezes ou frequentemente” e 3% estão envolvidos tanto como agressores como vítimas (cit. in Carvalhosa, 2010).

Silva (1995), realizou um estudo com uma amostra de 191 estudantes, com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos, do 5º e 6º ano de escolaridade. Concluiu que os rapazes agredem mais os outros que as raparigas e que sofrem mais agressões de ordem física e ainda que as raparigas fazem mais queixa das agressões que os rapazes. Concluiu ainda que o recreio é o local onde ocorrem a maior parte das agressões.

Pereira, Almeida, Valente & Mendonça (1996) realizaram um estudo com os objetivos de diagnosticar os níveis de agressão e de vitimação, perceber a influência de fatores determinantes das práticas de agressão e vitimação (nível de ensino, sexo, posição social dos alunos) e identificar os tipos de agressões sofridas e os locais onde ocorrem. A amostra era de 6.197 estudantes do 1º ao 6º ano de escolaridade de 18 escolas portuguesas públicas situadas no distrito de Braga, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos o instrumento usado foi o questionário de autorrelato (adaptado do Olweus Bully/Victim Questionnaire) e concluíram que 21,8% dos alunos tinham

sido vítimas e 17,4% tinham sido agressores, 52,7 % das agressões eram chamar nomes e 78% ocorriam no recreio.

Slee (1998), realizou um estudo com o objetivo de investigar o bullying no contexto escolar, com uma amostra de 946 alunos, sendo 434 raparigas e 512 rapazes, na Austrália com um média de idades de 11 anos, o instrumento utilizado foi um questionário self-report e concluiu que 17,7% dos alunos teve apenas uma situação de vitimação e que 18,6% dos rapazes e 16,6% das raparigas teve experiências graves de bullying. Concluiu ainda que 43% dos rapazes e 44% das raparigas dizem que às vezes tentam impedir situações de violência.

Um estudo HBSC (Currie, Hurrelmann, Sttertobulte, Smith e Told, 2000) que envolveu 35 países e regiões, aponta para que cerca de 30% dos jovens entre os 11 e os 15 anos afirmam estarem envolvidos em comportamentos de bullying, dos quais mais rapazes que raparigas. Relativamente às formas de agressão, a raparigas optam mais pela manipulação social e agressão verbal, ou seja, bullying indireto (cit. in Carvalhosa, 2010).

Carvalhosa, Lima e Matos (2001) realizaram um estudo com o objetivo de verificar a incidência de comportamentos de bullying em Portugal, que envolveu uma amostra nacional representativa de indivíduos (11-16 anos) num total de 6903, como instrumento utilizaram um questionário de auto – relato “Olweus Bully/Victim Questionnaire” e concluíram que o tipo de bullying mais frequente era o verbal. Verificaram ainda que 42,5% dos alunos relatam nunca se terem envolvido em comportamentos de bullying, 10,2% afirmam ser agressores (uma vez ou mais, no último período escolar), 21,4% relatam serem vítimas (uma vez ou mais, no último período escolar) e 25,9% relatam serem simultaneamente vítimas e agressores. Os agressores eram adolescentes distantes da família e da escola e tinham hábitos de consumo de substâncias (álcool e drogas). As vítimas mostram-se distantes para com a escola e manifestam problemas com os pais. Em 2004, Carvalhosa e Matos replicaram o mesmo estudo com uma amostra de 6131 alunos e concluíram que 41,3% dos alunos nunca se envolveram em comportamentos de bullying, 9,4% relatam que são agressores, 22,1% que são vítimas e 27,2% que são simultaneamente vítimas e agressores (cit. in Carvalhosa, 2010).

Pires (2001), realizou um estudo tem com o objetivo de identificar os comportamentos de bullying, com uma amostra de 440 estudantes, com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos, do 2º ciclo numa escola situada em Lisboa, o instrumento utilizado foi o questionário de Olweus (1989) adaptado por Pereira & Almeida em 1994. Concluíram que a maioria das vítimas opta por não denunciar as agressões q que os agressores são maioritariamente do sexo masculino. O recreio é o local onde ocorrem mais agressões, seguindo-se os corredores.

A ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência) realizou um estudo entre novembro de 2002 e março de 2003 em 11 escolas no Rio de Janeiro, das quais 9 públicas e 2 particulares a alunos do 5º ao 8º ano de escolaridade. A idade média da amostra foi 13,47 anos e 50,5% dos participantes eram do sexo masculino e 49,5% do sexo feminino. A amostra efetivamente analisada foi de 5.482 alunos. Da amostra, 40,5% (2217) dos participantes relatam ter tido algum tipo de envolvimento direto na prática de bullying no ano de 2002, seja como vítima de bullying e/ou como agressor. Dos participantes no bullying 57,5% são testemunhas, 12,7% agressores, 16,9% vítimas e 10,9% são simultaneamente vítimas e agressores. Quanto aos tipos de bullying identificados na amostra, em primeiro lugar aparece “chamar nomes” com 54,2% da percentagem geral, sendo que no sexo feminino a percentagem era mais elevada, de seguida “agredir” com 16,1% da percentagem geral, a percentagem aqui era mais elevada no sexo masculino e “difamar” com 11,8% da percentagem geral, sendo que no sexo feminino a percentagem era mais elevada. Quanto aos locais de ocorrência do bullying, 60,2% das agressões ocorreram na sala de aula, 16,1% no recreio e 15,9% no portão. Relativamente às reações dos alunos vítimas de bullying, as três que se destacam mais são “Não dei atenção/ignorei” (49,8%), “Me defendi” (16,7%) e “Pedi que parasse” (12,3%). As testemunhas quando testemunharam a agressão, 33,4% relata “Fiquei com pena”, 26,5% “Me senti mal” e 12,4% “Medo que acontecesse comigo”. Os agressores relativamente à agressão o seu sentimento descrevem, 29,5% “Foi engraçado”, 13,5% “Que fariam o mesmo comigo”, 12,8% “Senti que eles mereciam o castigo” e 11,4% “Eu senti pena do colega”.

Almeida, Caurcel e Machado (2006) realizaram um estudo que envolveu 1237 adolescentes (11-16 anos) em Braga e Granada, como instrumentos utilizaram a avaliação pelos pares e SCAN - Bullying Quest, com o objetivo de perceber o

entendimento que os alunos têm sobre o bullying. Chegaram à conclusão que as vítimas ficam mais vulneráveis à medida que a idade aumenta e que os rapazes têm uma atitude mais crítica em relação às vítimas que as raparigas e ainda os agressores descrevem as vítimas de forma não favorável e vulneráveis. As testemunhas das agressões assim como as vítimas atribuem às vítimas das agressões atributos socialmente favoráveis.

Ribeiro (2007) realizou um estudo com o objetivo de esboçar as características do fenómeno do bullying nos alunos do terceiro ciclo, numa escola básica localizada nos Açores, inserida num meio socialmente desfavorecido. Os instrumentos de recolha de dados foram: um inquérito, questionário de Olweus (1998), que foi aplicado a uma amostra de 279 alunos do terceiro ciclo com idades entre os 12 e os 18 anos e ainda entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas apenas a 2 alunos. A autora concluiu que o fenómeno do bullying está presente na amostra e apresenta resultados de 58,4% para a vitimação e 34,8% para a agressão. Ribeiro refere ainda que 48% dos alunos sentem um sentimento de insegurança, a forma de violência mais predominante é a agressão verbal através do insulto e o local onde ocorrem mais episódios de bullying é o recreio.

Almeida, Correia, Esteves, Gomes, Garcia e Marinho (2008) realizaram um estudo que envolveu adolescentes portugueses do 7º ao 9º ano em duas cidades de Portugal, uma no norte e outra no sul. Como instrumento utilizaram um questionário de auto - relato e concluíram que 6% das raparigas e 3% dos rapazes eram vítimas de bullying através do telefone e 3% das raparigas e 5% dos rapazes eram agressores, através da internet 6% das raparigas e 4% dos rapazes eram vítimas e 2% das raparigas e 4% dos rapazes eram agressores.

Continente, Giménez, e Adell (2009) realizaram um estudo cujo objetivo de estudo foi descrever a intimidação e fatores relacionados com o fenómeno de Bullying em estudantes na cidade de Barcelona, com uma amostra de 2.727 estudantes de 66 centros escolares de ensino secundário com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. Realizam uma análise de regressão logística bivariada e multivariada para estudar a relação entre o bullying e vários fatores, incluindo variáveis sócio demográficas, atitudes e comportamentos. Concluíram que os estudantes do sexo masculino no 8º ano apresentam uma prevalência do fenómeno de 18,2%, no 10º ano de 10,9% e no 12º ano

de 4,3%. Relativamente ao sexo feminino, apresentam no 8º ano 14,4%, no 10º ano 8,5% e no 12º ano de 4,5%.

Costa e Pereira (2010), realizaram um estudo cujo o objetivo era compreender o bullying em contexto escolar, com uma amostra de 3891 estudantes, com idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos de idade pertencentes a treze agrupamentos de escolas do ensino básico do distrito de Bragança, o instrumento utilizado foi uma versão modificada do questionário de Qlweus (1998) e concluíram que existia uma prevalência de 18,8% nos agressores, 17,8% nas vítimas e agressores e 11,1% nas vítimas. Concluíram ainda que os alunos com insucesso escolar se envolviam mais em episódios de vitimação e agressão do que os alunos com sucesso escolar, registavam assim valores de 19,7% nos agressores, 18,9% nas vítimas e agressores e 16% nas vítimas.

Carrilho e Bacelar em 2010 realizaram um estudo qualitativo com uma amostra de 32 alunos pertencentes a escolas situadas nos concelhos de Oeiras e Loures, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos de idade. Estes 32 alunos foram sinalizados pelos professores como alunos com comportamentos agressivos, foram sujeitos a observação direta em espaço de recreio nos intervalos e todas as observações foram gravadas, utilizando-se um gravador áudio escondido com descrição e não interferindo nas atividades normais dos alunos. A amostra era constituída 81,25% pelo sexo masculino e 18,75% pelo sexo feminino. Depois da observação e análise profunda de todas as situações, as conclusões a que chegaram foi que das 32 crianças sinalizadas 6 eram bullies, as restantes eram crianças agressivas mas sem características de agressores.

Os resultados dos estudos apresentados no âmbito da ocorrência de comportamentos de bullying alternam consoante o país, a dimensão da amostra, o local de recolha (regional, nacional, urbano ou rural), a idade ou ano de escolaridade dos indivíduos, o género, os locais do panorama escolar considerados, ou ainda o instrumento utilizado. Não obstante esta diversidade, algumas semelhanças podem ser identificadas, principalmente o fato do número de alunos vitimizados ser superior ao número de alunos agressores.

Parte II – PARTE EMPÍRICA

3 - Metodologia do estudo

De acordo com a revisão da literatura apresentada no capítulo anterior, este estudo inscreve-se no âmbito de comportamentos de bullying numa Escola Profissional do grande Porto. Optamos, neste estudo, por utilizar uma metodologia quantitativa, através da aplicação de um inquérito por questionário para recolha de dados.

Nesta segunda parte iremos enumerar os objetivos do estudo, apresentar os instrumentos, explicar quais os procedimentos utilizados, caracterizar a nossa amostra, fazer uma apresentação e posteriormente uma discussão dos resultados obtidos.

3.1 – Objetivos

O objetivo geral do estudo é perceber se na Escola Profissional de Comércio Externo existe alunos que sejam ou já tenham sido vítimas e/ou agressores de bullying. Em relação aos objetivos específicos, são a saber:

- a) Quais os tipos de bullying existentes na escola;
- b) Perceber qual o género está mais envolvido com a prática de ofensas e o que mais é vítima de bullying, assim como relacionar o género com as formas;
- c) Conhecer os locais da escola mais utilizados para a prática de agressões de bullying.
- d) Perceber se pode existir uma relação entre as reprovações nos anos escolares e o envolvimento com bullying.

3.2 – Instrumentos/Amostra/Procedimentos

Instrumentos

Para se recolher as informações e os dados necessários, para se confrontar os objetivos, optou-se pela aplicação do questionário de Olweus, (1998), adaptado à população portuguesa e modificado por Ribeiro (2007). O questionário é constituído por 25 questões, todas elas relacionadas com os comportamentos de bullying.

Amostra

A escola tem um total de 265 alunos, sendo 125 (47,17%) do sexo masculino e 140 (52,83%) do sexo feminino. A escola leciona os Cursos Profissionais, que dão equivalência ao 12º ano de escolaridade e que tem como destinatários jovens que possuam o 9º ano completo e tenham até 25 anos de idade e os Cursos de Educação e Formação, que dão equivalência ao 9º ano de escolaridade, destinados a jovens que tenham o 8º ano completo e tenham até 23 anos de idade.

A amostra utilizada é de 95 alunos, dos quais 39 do sexo masculino (41,1%) e 55 do sexo feminino (57,9%).

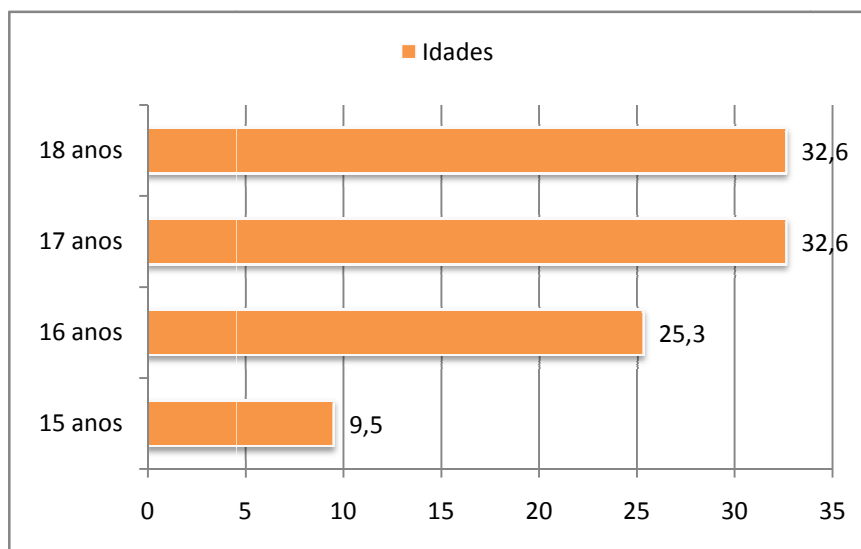


Gráfico 1: Distribuição da amostra por idades

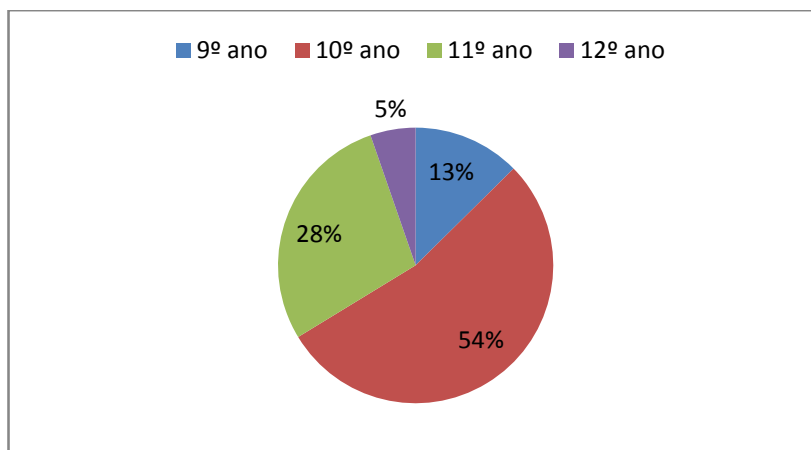


Gráfico 2: Distribuição da amostra por ano de escolaridade

As idades dos participantes da amostra vão desde os 15 aos 18 anos, sendo que 9 (9,5%) têm 15 anos, 24 (25,3%) têm 16 anos, 31 (32,6%) têm 17 anos e 31 (32,6%) têm 18 anos. Relativamente à distribuição por ano escolar que frequentam, 12 (12,6%) são alunos de 9º ano, que estão a frequentar Cursos de Educação e Formação, 51 (53,7%) são alunos de 10º ano, 27 (28,4%) são alunos do 11º ano e 5 (5,3%) são alunos do 12º ano que estão a frequentar Cursos Profissionais.

Procedimentos

Para a execução do presente estudo, foi primeiramente solicitada a devida autorização à Direção da Escola Profissional do Comércio Externo em Fevereiro de 2012, à qual se obteve um parecer favorável. A administração dos questionários foi feita entre Março, Abril e Maio de 2012 no decorrer das aulas.

. A constituição da amostra procedeu-se de forma aleatória, onde primeiramente foram selecionadas turmas do 9º, 10º, 11º e 12º ano e posteriormente na sala de aula. A cada aluno participante na amostra foi dada a informação sobre a confidencialidade e anonimato das suas respostas, assim como foi dado conhecimento a todos que a participação no estudo era totalmente voluntária. O programa informático utilizado para a análise da informação recolhida nos questionários foi o *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 18.0, para o Windows.

4 - Apresentação dos resultados

Quanto à questão da escolaridade do pai e da mãe, relativamente ao pai, 30,5% dos alunos o pai tem o 1º ciclo, seguindo-se com 17,9% com o segundo ciclo, 16,8% com o 3º ciclo e 11,6% com o ensino secundário. Relativamente à mãe, 24,2% dos alunos a mãe tem o 3º ciclo, 22,1% o 1º ciclo e 20% o 2º ciclo assim como 20% com o ensino secundário.

No tocante à profissão dos pais/encarregados de educação, não se pode deixar de assinalar que do global da amostra, 14,7% dos alunos afirma que o pai está desempregado, 15,8% afirma que está a mãe desempregada e 4,21% afirma que tem o pai e a mãe simultaneamente sem emprego.

81,11% destes alunos vivem pelo menos com a mãe e 63,2% pelo menos com o pai e também 10,5% vive com dois irmãos e 4,2% com três os mais irmãos.

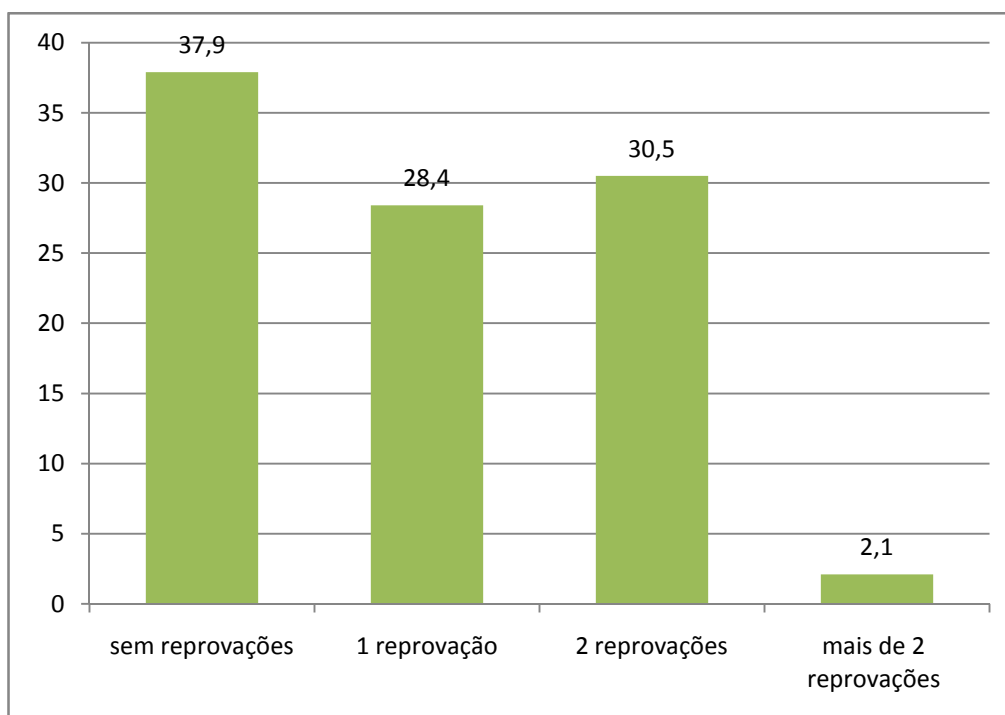


Gráfico 3: Reprovações

Relativamente às reprovações de ano, 59 alunos (62,1%) afirmam já ter reprovado, sendo que 27 (28,4%) reprovaram apenas uma vez, 29 (30,5%) duas vezes e 2 (2,1%) mais de duas vezes, sendo que, se verificou mais reprovações no 3º ciclo.

Reprovações	Vítima		Agressor	
	Não	Sim	Não	Sim
Sim	56,84%	5,26%	56,84%	5,26%
Não	29,47%	8,42%	33,68%	4,21%

Tabela 1: Reprovações, Vítimas e Agressores

A relação entre as reprovações de ano e o envolvimento se mostra significativa em relação à amostra, 5,26% dos alunos que relatam ter sido vítimas, assim como, 5,26% dos alunos que relata já ter praticado algum ato de bullying contra os colegas já reprovaram de ano pelo menos uma vez.

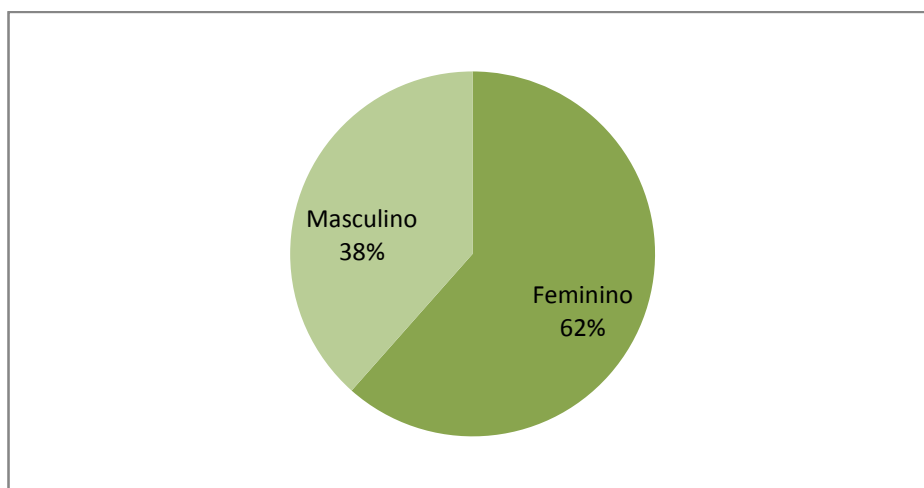


Gráfico 4 – Distribuição das vítimas por sexo

No que diz respeito à problemática em estudo, 82 alunos (86,3%) nunca foi vítima de agressões por parte dos colegas, afirma que ao longo da sua vida escola “nunca lhe fizeram mal”, enquanto que 13 alunos (13,7%) já foi vítima, afirma que “já lhe fizeram mal”, sendo que 5 alunos (38,46%) são de sexo masculino e 8 (61,54%) são do sexo feminino.

As agressões mais sofridas foram “agrediram-me fisicamente”, “meteram-me medo” e “espalharam boatos”, 53,85% dos alunos vitimizados relatam ter sido vítimas deste tipo de agressões, seguindo-se “chamaram-me nomes” 46,15%. Relativamente à

sua frequência “meteram-me medo”, “chamaram-me nomes” e “espalharam boatos”, que são agressões do tipo psicológico, são as que os alunos vítimas de violência relatam já terem sofrido 3 ou mais vezes.

“Nos corredores da escola” é o local mais frequente onde os alunos que foram vítimas relatam terem sido agredidos, com uma percentagem de 46,15% seguindo-se “na sala” com 30,77% e “no recreio” com 23,08%.

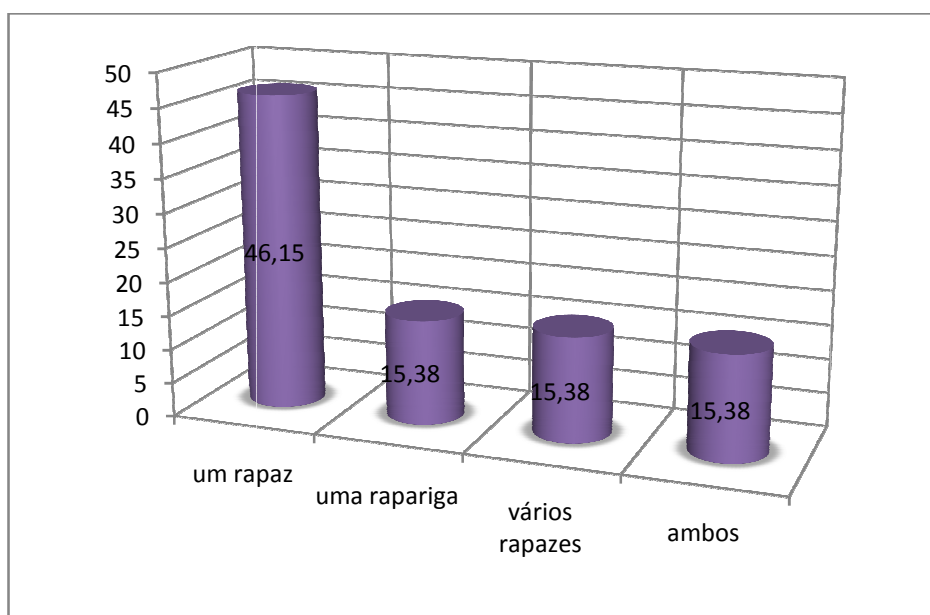


Gráfico 5: Identificação do agressor

Na questão da identificação do agressor ou agressores, 46,15% dos alunos vítimas das agressões, relatam que o seu agressor foi um rapaz e 53,85% responde que o agressor ou agressores eram da mesma turma.

92,31% dos alunos vítimas de agressões comunicou ao pai e ou à mãe a agressão que sofreu na escola e 84,62% comunicou também ao professor.

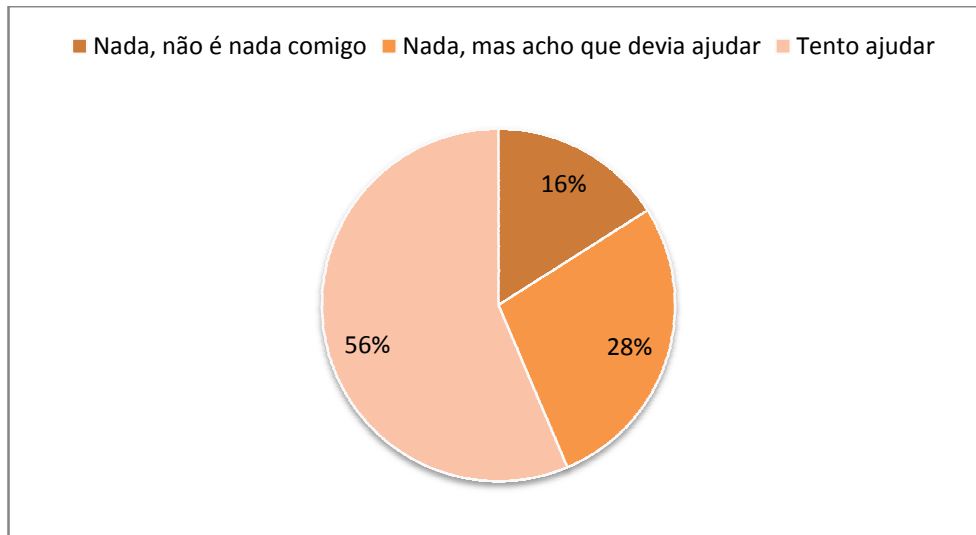


Gráfico 6: Atitude ao assistir a uma situação de bullying

Na questão da atitude face ao confronto com a observação de uma situação de agressão envolvendo outro aluno, 55,8% dos alunos afirma que tentava ajudar, 27,4% afirma que não faria nada, mas que achava que devia ajudar e 15,8% responde que não faria nada, pois não era nada com ele.

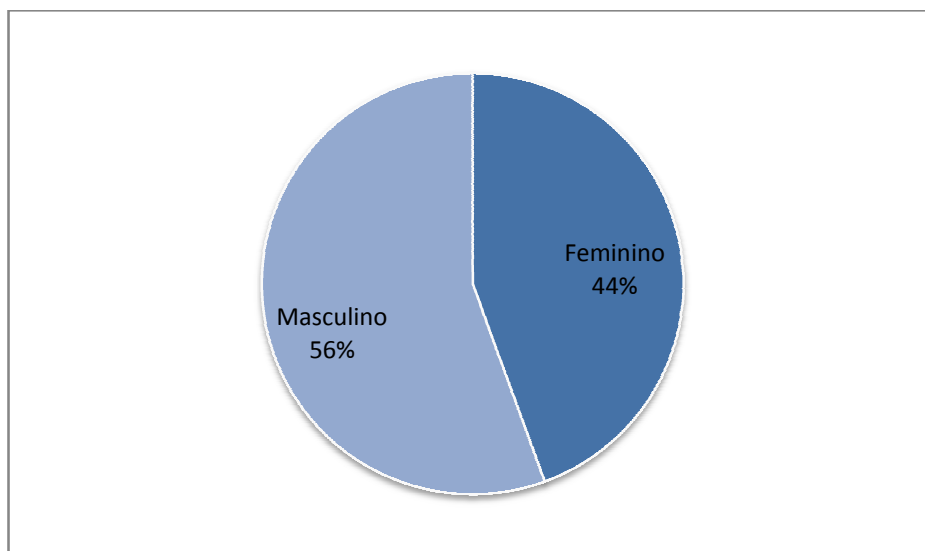


Gráfico 7: Distribuição dos agressores por sexo

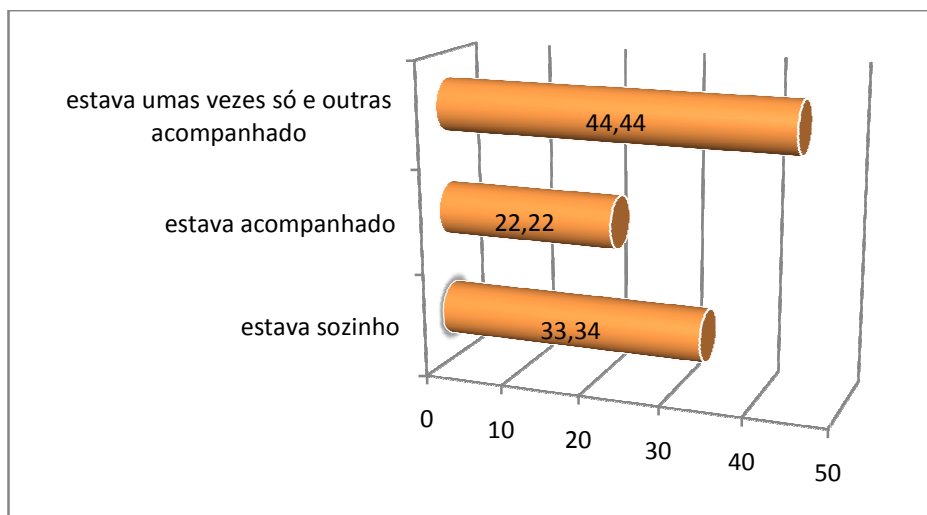


Gráfico 8: Acompanhamento na altura da agressão

Relativamente aos agressores, os resultados mostram que 9 alunos (9,5%) afirmam “terem feito mal a um aluno”, sendo que destes 5 alunos (55,56%) são do sexo masculino e 4 (44,44%) são do sexo feminino, desde que frequentam a escola, 66,67% deles 1 vez, 11,11% 2 vezes e 22,22% 3 ou mais vezes. Ainda, 33,34% dos alunos que relatam ser agressores, aquando a agressão dizem que estavam sozinhos, 22,22% dizem que estão acompanhados e 44,44% dizem que estavam umas vezes sós e outras vezes acompanhados.

As formas de agressão mais utilizadas parecem ser o “agredi fisicamente”, o “meti medo” e o “chamei nomes”, 55,56% dos alunos confessos agressores relatam terem praticado este tipo de agressões contra os colegas, desta percentagem para cada uma das agressões 60% foram praticadas por alunos do sexo masculino. Relativamente à frequência das agressões o “agredi fisicamente” aparece como praticado três ou mais vezes para 11,11% destes alunos, e o “meti medo” assim como o “chamei nomes” por 22,22%.

A par do que relataram as vítimas das agressões constantes na amostra, os resultados dos alunos que já agrediram, relativamente ao local onde cometeram a agressão ou agressões, também aqui aparecem os corredores da escola como o local mais utilizado juntamente com o recreio, sendo que 33,33% dos alunos confessam que já praticaram pelo menos uma agressão nestes locais.

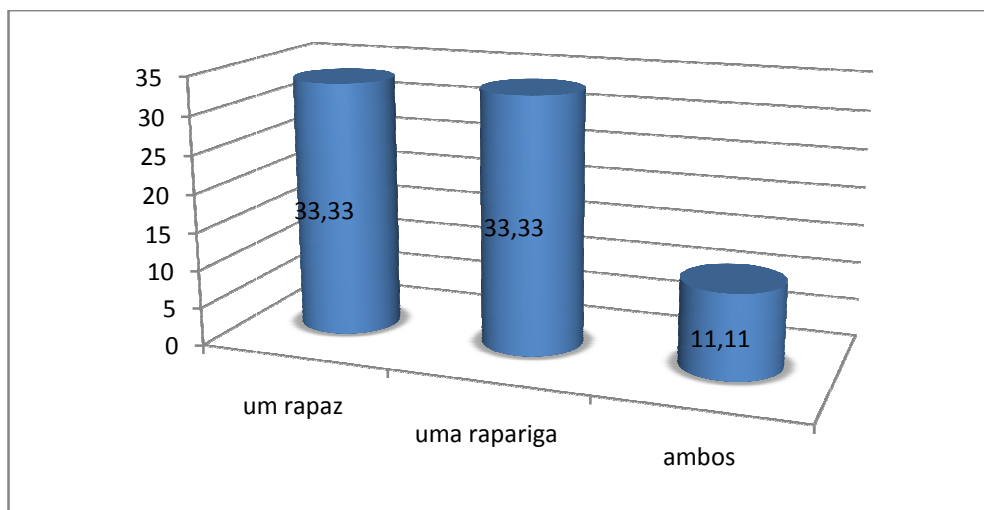


Gráfico 9: Alvo da(s) agressão/agressões

Relativamente ao alvo destes agressores, 33,33% deles afirma que terá sido uma rapariga e a mesma percentagem afirma que terá sido um rapaz e 77,78% destes alunos afirma ainda que o aluno ou alunos a quem fez mal, eram da sua turma.

Vítima	Agressor	
	Sim	Não
Sim	5,26%	5,26%
Não	4,21%	82,11%

Tabela 2: Vítimas e Agressores

Simultaneamente agressores e vítimas relativamente à amostra total verificou-se uma percentagem na ordem dos 5,26%, sendo que esta percentagem é composta por 3,16% de alunos do sexo masculino e 2,10% de alunos do sexo feminino.

Quanto à questão da segurança na escola, 87,4% dos alunos dizem se sentir seguros na escola, 1,1% dizem que se sentem mais ou menos seguros e 7,4% dizem que não se sentem seguros na escola.

5 - Discussão dos resultados

Após a apresentação dos resultados iremos de seguida fazer uma discussão dos resultados obtidos.

Como se pode observar nos resultados, 23,2 % dos alunos contantes na amostra já esteve envolvido em pelo menos um episódio de bullying. Esta percentagem vai de encontro com os estudos realizados por Carvalhosa, Lima e Matos em 2001 e Carvalhosa e Matos em 2004, onde nos seus estudos que foram realizados em Portugal através da aplicação de um questionário de auto – relato, sobre bullying, também chegaram a percentagens próximas sendo que a percentagem dos alunos envolvidos em comportamentos de bullying foi correspondentemente 25,9% e 27,2%. Ainda Costa e Pereira (2010) e Mellor em 1990 nos seus estudos apresentam resultados com percentagens próximas. Costa e Pereira (2010) no seu estudo realizado em Portugal a jovens com idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos concluem que 29,9% dos jovens constantes na amostra estavam envolvidos em comportamentos de bullying, que seja como agressores ou como vítimas. Mellor em 1990 realizou um estudo na Escócia também em escolas secundárias e concluir que 25% dos alunos estariam envolvidos em situações de bullying “algumas vezes ou frequentemente”. Como afirma Ramirez (2001), o envolvimento dos alunos em situações de bullying pode estar relacionado com fatores de ordem biológica, da personalidade, de aprendizagem e situacionais. Todo e qualquer indivíduo nasce predisposto a ser agressivo. Os jovens devido à sua falta de maturidade, têm tendência a desvalorizar as suas atitudes, valorizando apenas o sentimento de prazer que podem obter. A falta de capacidade de resposta dos jovens a situações do quotidiano pode levar a condutas inadaptadas como forma de resistência às mesmas. Os modelos de conduta dos pais e adultos presentes no crescimento dos adolescentes são igualmente fulcrais para o seu desenvolvimento, pois estes crescem observando e aprendendo com eles.

Dos 23,2% dos alunos envolvidos em situações de bullying, 9,5% são agressores e 13,7% são vítimas. Relativamente aos agressores, Carvalhosa, Lima e Matos em 2001 também concluíram no seu estudo que 10,2% relatavam serem agressores, assim com o estudo de Carvalhosa e Matos em 2004 que chegaram a uma percentagem de 9,4%. O estudo da ABRAPIA no Rio de Janeiro ocorrido durante 2002

e 2003 também chegou a percentagens dos agressores na ordem dos 12,7%. No que diz respeito aos alunos vítimas de agressões, os estudos revistos apontam para percentagens mais elevadas, só o estudo da ABRAPIA tem uma percentagem mais aproximada da do presente estudo sendo 16,9%. Nye considera que existem fatores de contenção que podem impedir um ato desviante (Gonçalves, *cit. in* Nunes 2010). Quando falha um mecanismo de controlo, por exemplo o controlo indireto, o jovem pode não “ganhar” a perceção do impacto dos seus atos e assim depois de uma situação de conflito na escola tornar-se um agressor e quando existe um agressor existem sempre uma ou várias vítimas.

Quanto ao tipo de bullying mais frequente, os resultados do estudo revelam que as agressões mais sofridas são “agrediram-me fisicamente”, “meteram-me medo” e “espalharam boatos” com uma percentagem de 53,85% seguindo-se “chamaram-me nomes” com 46,15%. Estudos como o de Carvalhosa, Lima e Matos (2001), Ribeiro (2007) Pereira, Almeida, Valente & Mendonça (1996) e o estudo da ABRAPIA, concluem que o tipo de bullying mais frequente é o verbal, nomeadamente no caso dos dois últimos estudos o mais comum é mesmo o “chamaram-me nomes” com percentagens na ordem dos 52,7% e 54,2% correspondentemente. A sociedade tem tendência a recriminar mais o abuso físico que o abuso verbal. No abuso físico é frequente aparecerem sequelas que o comprovem, enquanto que no abuso verbal as únicas provas que ficam são eventuais testemunhas. Como explica Ramírez (2001), os agressores têm tendência a desvalorizar as suas ações assim como as suas vítimas, socialmente o abuso verbal é um tipo mais difícil de se conseguir recriminar sendo mais fácil para certos indivíduos desvalorizar e ignorar, esta poderá ser uma eventual explicação para estes resultados.

“Nos corredores da escola” foi o local onde ocorreram mais agressões, onde 46,15% das vítimas relata ter sido agredida e 33,33% dos agressores relata ter agredido. Em relação aos estudos revistos, o recreio parece ser dos locais preferenciais para ocorrência das agressões, como concluem Pereira, Almeida, Valente & Mendonça (1996), Pires (2001), Silva (1995) e Ribeiro (2007). É de extrema importância referir que a escola do estudo em questão está situada num prédio, assim, no intervalo entre as aulas os alunos passam o seu tempo nos corredores na escola, podendo ser esta a explicação na divergência de resultados com os estudos revistos. Como refere Pereira

(2006), os episódios de bullying tendem a acontecer preferencialmente em locais com pouca supervisão. Assim como os recreios, os corredores da escola são locais onde os alunos estão menos controlados daí serem locais propícios para o desenvolvimento do fenómeno do bullying.

Face ao confronto com uma situação de um comportamento agressivo, 55,8% dos alunos da amostra respondeu que de alguma forma tentava ajudar as vítimas. No estudo de Slee (1998) que foi realizado na Austrália com recurso a um questionário self-report, segundo os seus resultados, também 43,45% dos alunos relatam que tentariam impedir uma situação de violência. O laço social de que fala Hirshi que é composto pela vinculação do indivíduo à sociedade, é essencial para justificar que quando este laço é realmente forte, existam jovens que estejam dispostos a tentar ajudar outros em situações de necessidade.

Contrariamente ao que conclui Pires (2001), que realizou um estudo com uma amostra nacional a alunos do 2º ciclo, utilizando como instrumento o questionário de Olweus (1989) adaptado por Pereira & Almeida em 1994, a maioria das vítimas opta por não denunciar as agressões. Segundo os resultados do presente estudo, 92,31% dos alunos que relatam terem sido vítimas de agressões comunicou ao pai e ou à mãe que sofreu uma agressão e 84,62% comunicou ao professor. De acordo com Silva (1995), segundo os resultados do seu estudo, este conclui que as raparigas fazem mais queixa das agressões que os rapazes, o resultado do presente estudo vai de encontro com esses resultados, 60% dos rapazes que relatam terem sido vítimas de comportamentos agressivos denunciou a situação, enquanto que as raparigas que relatam terem sido igualmente vítimas, todas dizem terem denunciado a situação. A relação entre os alunos e professores é de extrema importância, pois, se um aluno tiver confiança no professor e sentir uma abertura por parte deste, mais facilmente sentir-se-á com confiança para denunciar, se a relação com o professor for uma relação distante sem proximidade nenhuma, o aluno não sentirá confiança e provavelmente não irá denunciar.

Relativamente à distribuição das vítimas por género, 38% das vítimas são do sexo masculino e 62% do sexo feminino. Estes resultados vão de encontro aos resultados de Almeida et al. (2008) que realizaram um estudo em Portugal utilizando como instrumento um questionário de auto – relato e concluíram que tanto através da

internet como através do telefone, as raparigas são mais vítimas de comportamentos de bullying que os rapazes. Quanto aos agressores, no estudo em análise, 56% eram do sexo masculino e 44% do sexo feminino. Estes resultados vão também de acordo com o estudo de Almeida et al (2008), onde também na percentagem dos agressores, a percentagem do sexo masculino era mais elevada, também Silva (1995) no seu estudo conclui que os rapazes agredem mais os outros que as raparigas.

Alunos que relatem ser simultaneamente vítimas e agressores a amostra regista uma percentagem de 5,26%. Estudos como o de Carvalhosa, Lima e Matos (2001), Carvalhosa e Matos em 2004, Costa e Pereira (2010) e também o estudo da ABRAPIA, apontam para resultados com percentagens bastante mais significativas, sendo que nestes estudos também a percentagem de alunos vítimas e de alunos agressores também se mostram mais elevadas, à exceção dos dois primeiros que mostram percentagens que vão de encontro com o presente estudo. Esta percentagem não é significativa, pois normalmente os alunos que possuem perfil de vítima não se enquadram no perfil de agressor e vice-versa.

Os tipos de agressões mais identificadas pelas vítimas da amostra foram as agressões físicas, o meter medo e o espalhar boatos, todas com uma percentagem de 53,85%, ou seja, quanto às agressões sofridas. Enquanto que relativamente aos agressores, as agressões físicas, o meter medo e o chamar nomes, aparecem como as mais utilizadas por estes para “atacar” com uma percentagem de 55,56%. Relativamente à distribuição por género dos tipos de agressão quanto às respostas dos agressores, relativamente aos três tipos de agressões identificadas, 60% foram identificadas pelo sexo masculino e 40% pelo sexo feminino. No estudo realizado pela ABRAPIA, as agressões “chamar nomes” com 54,2% (sendo a percentagem mais elevada no sexo feminino), o “agredir” com 16,1% (sendo a percentagem mais elevada no sexo masculino) e o “difamar” com 11,8% (sendo a percentagem mais elevada no sexo feminino) aparecem como as mais identificadas na amostra. Relacionando com o estudo em questão, o “chamar nomes” aparece também como sendo das agressões mais utilizadas, mas é mais evidente no sexo masculino, assim como o “agredir” que tal como no estudo da ABRAPIA, é mais evidente no sexo masculino.

As reprovações nesta amostra, parecem não estar significativamente relacionadas com as situações de bullying, pois apenas 5,26% das vítimas, assim como 5,26% dos agressores dizem ter reprovado de ano pelo menos uma vez. Este resultado é contraditório ao resultado do estudo de Costa e Pereira (2010), pois estes autores no seu estudo concluíram que os alunos com insucesso escolar se envolviam mais em episódios de bullying que os alunos com sucesso escolar. Os episódios de bullying são acontecimentos que podem trazer graves sequelas, tanto para a vítima como para o agressor. As sequelas podem ser referentes à aprendizagem e ao convívio social, daí as reprovações poderem estar relacionadas com comportamentos de bullying.

6 - Conclusão

O objetivo principal deste estudo visa perceber se na Escola Profissional de Comércio Externo existe alunos que sejam ou já tenham sido vítimas e/ou agressores de bullying, a conclusão foi que realmente existem. Assim, chegou-se à conclusão que 13,7% dos alunos relata já ter sido vítima e 9,5% relata já ter sido agressor. Estes resultados vão de encontro com os resultados da maioria dos estudos sobre a temática em questão.

O resultado do presente estudo foi capaz de dar resposta aos objetivos inicialmente propostos. Assim concluímos que relativamente ao primeiro objetivo, perceber se os alunos estão bem informados acerca da problemática do bullying e as suas várias formas, com base nas respostas dos questionários, assim como com base no que se observou na “passagem” destes, os alunos parecem estar bem informados. Quanto ao segundo e terceiro objetivo, saber qual o género que mais pratica bullying, assim como relacionar o género com as formas e quais os tipos de bullying existentes na escola, chegou-se à conclusão que o género que pratica mais bullying é o masculino, mas não por uma diferença significativa e dos tipos de bullying mais identificados na amostra, agredir fisicamente, meter medo e chamar nomes, todos são mais praticados pelo sexo masculino.

Relativamente ao quarto objetivo, conhecer os locais da escola mais utilizados para a prática de agressões de bullying, os “corredores da escola” seguindo-se do “recreio” surgem como o local onde mais acontecem situações envolvidas com o bullying. Dado que a escola se situa num prédio, pode-se considerar que os “corredores da escola” e o “recreio” são o mesmo local. Por fim no que toca ao quinto e último objetivo do estudo, perceber se pode existir uma relação entre as reprovações nos anos escolares e o envolvimento com bullying, os resultados mostram que não existe evidência entre as reprovações e o envolvimento em situações de bullying, pois apenas 5,26% das vítimas e 5,26% dos agressores relatam terem reprovado pelo menos uma vez.

Bibliografia:

Almeida, A., Caurcel, M. J. & Machado, J. C. (2006). Perceived characteristics of victims according to their victimized and nonvictimized peers. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, 4 (2), pp. 371-396.

Almeida, A., Correia, I., Esteves, C., Gomes, S., Garcia, D. & Marinho, S. (2008). Espaços virtuais para maus tratos reais: as práticas de cyberbullying numa amostra de adolescentes portugueses. In: Astor R., Debarieux E. & Neto C. (Ed.). *4th World Conference on Violence in School and Public Policies*. Lisboa. Edições FMH. pp. 134.

Ballone, G. J., Moura E. C. (2005). Maldade da infância e adolescência: Bullying. Disponível em <www.psicweb.med.br>. [Consultado em 14 de Março 2012].

Boulton, M., Smith, P. (1994). Bully victim problems in middle-school children: stability, self-perceived competence, peer perceptions and peer acceptance. *British Journal of Developmental Psychology*, 12, Pp. 315 – 330.

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa. Climepsi Fundamental.

Carilho, L., Bacelar T., (2010). Bullying – agressividade em contexto escolar. *Revista de reinserção social e prova*, 6 (3), pp.43-59.

Carvalhosa, S. F., Lima, L. & Matos, M. G. (2001). Bullying - A provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português, *Análise Psicológica*, Volume 4 (XIX), 523-537.

Carvalhosa, S. (2010). *Prevenção da Violência e do Bullying em Contexto Escolar*. Lisboa. Climepsi Editores.

Carvalhosa, S., Moleiro, C., e Sales, C. (2009). A Situação do Bullying nas Escolas Portuguesas, *Interacções*, 13, pp. 125-146.

Continente, X. G., Giménez, A. P., & Adell, M. N. (2009). Factores relacionados com el caso escolar (bullying) en los adolescentes de Barcelona. *Gac Sanit*, 10, pp. 1 - 6.

Costa, P., e Pereira, B., (2010) I Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”. Braga: Universidade do Minho.

Costa, P., Pereira, B., Simões, H., Farenzena, R., (2011). Vitimação em contexto escolar: Frequência e as múltiplas formas. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13219>>. [Consultado em 13 de Maio de 2012].

Gaitán, M., Ramuzgo, S., González, M., (2006). Diez Referencias Destacadas Acerca de: Acoso Escolar. *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud*, 2, pp. 35 – 50.

Leão, L. (2010). O Fênomeno Bullying no Ambiente Escolar, *Revista FACEVV*, 4, pp.119-135.

Martins, M.J. (2009). *Maus tratos entre adolescentes na escola*. 1ªed. Lisboa, Editorial Novembro.

Neto, A. (2005). Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. *Revista de pediatria*, Volume 81, pp. 164 – 172.

Nunes, L. (2010). *Crime e Comportamentos Criminosos*. Porto. Edições Fernando Pessoa.

Olweus, D. (1993). *Bullying at school: What we know and what we can do*. Oxford.

Blackwell Publishers.

Pereira, B., Almeida, A., Valente, L. & Mendonça, D. (1996). O “bullying” nas escolas portuguesas: análise de variáveis fundamentais para a identificação do problema. In L. Almeida, J. Silvério & S. Araújo (Eds), *Actas do II Congresso Galaico – Português de Psicopedagogia* (Vol. I, pp.71-81). Braga: Universidade do Minho.

Pereira, B. (2006). Prevenção da violência em contexto escolar: Diagnóstico e programa de intervenção. In: Neto, J. C. S. e Nascimento, M. L. B. P. (Ed.). *Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas*. São Paulo, Expressão e Arte Editora, pp. 43 - 51.

Pires, M., (2001). Práticas de agressividade/Violência/Vitimação no contexto escolar. In: Pereira, B. & Pinto, A. (Ed.). *A escola e a criança em risco – intervir para prevenir*. Porto. Edições Asa. pp. 203 – 223.

Ramírez, F. (2001). Variables de personalidad asociadas en la dinámica *bullying* (agresores versus víctimas) en niños y niñas de 10 a 15 años. *Anales de Psicología, 1*,

Ribeiro. A. (2007). O bullying em contexto escolar – estudo de caso. [Em linha]. Disponível em <
<http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/99/1/TME%20337.pdf> >. [Consultado em 22/02/2012].

Santos, E.S. (2007). *O bullying em uma escola filantrópica: As crianças contam suas histórias*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Slee, R. (1998). Inclusive Education? This must signify “New Times”. *Educational Research. British Journal of Educational Studies*, 46 (4), pp. 440 - 454.

Smith, P. K. e Sharp, S. (1994) *School Bullying: Insights and Perspectives*. London. Routledge.

Smith, P. e Morita, Y. (1999). The nature of school bullying. Introduction. In: Smith, P., K. Morita, Y., Junger-Tas, J., Olweus, D., Catalano, R. e Slee, P. (Ed.). *The nature of school bullying: A cross national perspective*. London: Routledge. pp.1 - 4.

Silva, C. (1995). *Bullying – A agressividade no 3º ciclo do ensino básico no meio urbano e rural*. Braga: CEFOPE – UM.

Sudermann, M., Jaffe, P., Schieck, E. (1996). *A.S.A.P.: A school-based anti violence program*. Londres, Ontário, London Family Court Clinic.

The International PGP Home Page. [Em linha]. Disponível em <<http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-100.pdf>>. [Consultado em 10/06/2012].

The International PGP Home Page. [Em linha]. Disponível em <<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c325276593342734c576c756156684a644756344c334277624451324c56684a4c6d527659773d3d&fich=ppl46-XI.doc&Inline=true>>. [Consultado em 16/09/2012].

Veiga, F. H. (2011). Avaliação do bullying e da disrupção escolar: escalas em estudos portugueses com adolescentes. Disponível em <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5329>>. [Consultado em 13 de Maio de 2012].